


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0015154-58.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Daniela Aparecida Florencio Vieira**
 Requerido: **Telefonica Brasil SA**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que tinha dívida com a ré, a qual deu ensejo à sua negativação.

Alegou também que não obstante tenha quitado essa dívida a negativação persistiu, de sorte que almeja ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que suportou.

Os documentos de fls. 08/09 denotam que o débito em aberto que a autora tinha em face da ré teria sido saldado.

Por outro lado, inexistente nos autos prova segura de que a inserção da autora perante órgãos de crédito tivesse acontecido em decorrência de tal dívida, não constando dos ofícios de fls. 38/39 e 42/43 anotação no valor apontado a fls. 08/09 (somente perante a SERASA há inscrições feitas pela ré, mas nenhuma delas no montante aqui versado).

Como se não bastasse, limitando-se o pleito ao ressarcimento pelos danos morais provocados pela indevida negativação da autora, ela não faria jus a isso ainda que houvesse tal comprovação porque os documentos de fls. 38/39 e 42/43 patenteiam que a mesma ostenta outras negativações que não foram impugnadas.

Tal circunstância inviabiliza o pedido a esse título

0015154-58.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

na esteira de reiteradas manifestações do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se vislumbra, portanto, que a autora tivesse sofrido danos morais passíveis de ressarcimento.

Isto posto, **IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de outubro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA